

EDITORIAL

Gaudeamus igitur! No segundo semestre letivo de 2016, a comunidade acadêmica da Faculdade de Direito da UFMG recebeu a feliz notícia da reavaliação de nossa Revista, que alçou à qualificação máxima na estratificação do Qualis. Colhem-se, enfim, os resultados do dedicado trabalho da Professora Dra. Fabiana de Menezes Soares e da Sra. Rosali Ramos Diniz e demais colaboradores do período. Deve-se-lhes o maior reconhecimento por essa conquista para toda a instituição.

Essas justificadas celebrações, por outro lado, não devem encobrir as dificuldades do momento atual da gestão da Revista, sobre a qual repercutem as restrições de orçamento e as vicissitudes por que têm passado as entidades financiadoras de suas atividades. Se já não era bastante o nome centenário, há agora outro ponderável motivo para se repensarem as prioridades em nossa Faculdade, que não desdenhará, seguramente, o privilégio de poder contar, como poucas instituições de ensino superior no Brasil, com um periódico A1 como veículo de divulgação de sua produção científica.

As contribuições deste volume inserem-se nas mais diversificadas áreas do conhecimento jurídico, como é tradição e propósito deste periódico.

No âmbito do Direito Público, apresentamos a investigação do Prof. Antônio Augusto Cançado Trindade sobre a justiça internacional, e os trabalhos sobre setores mais específicos do Direito Internacional Público, como as operações de paz das Nações Unidas e da exploração das nuances do conceito de nacionalismo, de autoria dos Profs. Sérgio Luiz Cruz Aguilar e Arno Dal Ri Júnior – Taciano Scheidt Zimmermann, respectivamente. Relacionado a este setor da matéria jurídica, os Profs. Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth – Aline Antunes Gomes apresentam-nos um estudo dos impactos da incorporação dos países do leste europeu no sistema de proteção de Direitos Humanos. No âmbito do Direito Internacional Privado, destacamos a resenha e comentários, elaborados pelo Prof. Fabrício

Bertini Pasquot Polido, acerca de temas que constituíram objeto de reflexão e discussão na 80ª Sessão do Curso de Direito Internacional Privado da Academia de Direito Internacional de Haia.

Ainda no âmbito do Direito Público, integram o número reflexões concernentes à tributação de heranças e doações e sua relação com o acúmulo intergeracional de riqueza, aos efeitos inflacionários no imposto de renda, e à proposta de um modelo regulatório do sistema financeiro brasileiro, de autoria, respectivamente, dos Profs. Aluizio Porcaro Rausch, Giovani Clark – Eduardo de Abreu Moraes e Alexandre Ogêda Ribeiro.

Versa sobre questões de políticas públicas, em sua conexão com os direitos fundamentais, o artigo da Profa. Janaína Machado Sturza. Ao problema das políticas públicas no setor da saúde e da produção de alimentos dedicam-se os estudos, respectivamente, dos Profs. Claudomiro De Oliveira Junior – Alcineia Rodrigues dos Santos – Tiago Luis Juvencio Teixeira e Mariana Dorileo Barros – Paula Galbiatti Silveira.

Os princípios constitucionais constituem, por sua vez, o supedâneo para as discussões propostas, em conexão com o Direito Processual, pelos Profs. Jaqueline da Silva Paulichi – Rodrigo Roger Saldanha, e com o Direito Penal, pela Profa. Helena Zani Morgado. A importantes temas de Direito Administrativo dedicam-se os artigos dos Profs. Roberto Miglio Sena e José Antonio Moreno Molina.

O problema da violência de gênero foi estudado, sob a perspectiva de sua inter-relação com a globalização, pelos Profs. José Alberto Antunes de Miranda – Caroline Machado de Oliveira Azevedo. Por sua vez, o princípio da igualdade gênero mereceu discussão, levada a efeitos pelas Profas. Camila Rodrigues Faro e Carolina E. Puehringer Miguez de Sena Motta, no âmbito da contratação de seguros de automóveis no Brasil.

Alguns dos novos problemas jurídicos que desafiam as categorias jurídicas tradicionais e estabelecem dilemas na ponderação do jurista são versados, em matéria de propriedade, pela Profs. Marica Carla Pereira Ribeiro – Leonardo Gureck Neto, e no que se refere ao direito à identidade genética e ao anonimato nas inseminações artificiais, pela Profa. Carolina Lopes de Oliveira.

Notamos, ainda, as contribuições dos Profs. Adriana Campos Silva – Ricardo Manoel de Oliveira Morais, sobre guerra e práticas de biopolítica, do Prof. Vitor Bartoletti Sartori, acerca do duplo aspecto da igualdade na obra de Engels, e dos Profs. Fernando Rodrigues de Almeida – Guilherme Domingos de Lucca, dedicados à investigação do conceito de sociedade digital, bem como do papel exercido pela Lei n. 12.965 de 2014, relativa ao “Marco Civil da Internet”. Nesta conexão insere-se também o artigo dos Profs. José Augusto Fontoura Costa – Marcos Wachowicz, destinado à discussão da nulidade de cláusulas contratuais violadoras, dentre outros, do direito à privacidade e à liberdade de expressão.

Por fim, integram nosso volume os eruditos estudos do Prof. Paulo Ferreira da Cunha sobre Maquiavel, e do Prof. José-Domingo Rodríguez Martín, que explora o articulado campo semântico da “culpa” nas fontes jurídicas bizantinas.

Mesmo diante da situação pouco alvissareira a que aludimos, sirva a conquista obtida como estímulo para que, com empenho, competência e boa vontade, possam nossos gestores combater pela manutenção da Universidade e de seus meios ineludíveis de atuação na sociedade. *Vivat academia!*

Agradecemos as contribuições deste número e saudamos os nossos leitores.

PROF. EDSON KIYOSHI NACATA JUNIOR
DIRETOR-EDITOR

